

PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA № 001/2017

Dispõe sobre alteração nos incisos I, II e III Art. 15 da Atos e Disposições Finais e Transitórias da Lei Orgânica Municipal de Cotriguaçu

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu - MT, no uso de suas atribuições legais lhe confere o artigo 58 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que o plenário aprovou e fica promulgada a seguinte Emenda à Lei Orgânica Municipal de Cotriguaçu - MT

Art. 1º Altera os incisos I, II e III Art. 15 da Atos e Disposições Finais e Transitórias da Lei Orgânica Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15 (...)

I- O projeto do plano Plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato municipal subsequente, será encaminhado até quatro meses antes do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa;

II- O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção e encerramento do primeiro período da sessão legislativa;

III -O projeto de lei orçamentária do Município será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa;

"Art. 15 (...)

I- O projeto do plano Plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato municipal subsequente, será encaminhado até 30 de junho do primeiro ano do mandato do Prefeito;

II- O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado após a aprovação do projeto do plano Plurianual, no primeiro ano de mandato, até 1º de agosto de cada ano e devolvido para sanção 30 (trinta) antes do prazo envio do projeto de lei orçamentária do Município;

III- O projeto de lei orçamentária do Município será encaminhado até 30 de outubro de cada ano e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa;

Art. 2º Esta emenda entrará em vigor da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu/MT, aos 17 dias do mês de abril do ano de 2017.

JAIR KLASNER Prefeito Municipal



JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE EMENDA A LEI ORGANICA № 001/2017

Excelentíssima Vereadora Presidente,

Nobres Vereadores,

Temos a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 001/2017 de 17 de Abril de 2017, que "Dispõe sobre alteração nos incisos I, II e III Art. 15 da Atos e Disposições Finais e Transitórias da Lei Orgânica Municipal de Cotriguaçu.".

Assim, Digníssimos Vereadores, cabe-nos rememorar que a Constituição brasileira exige a elaboração do orçamento anual, a sua aprovação pelo poder Legislativo e a sua disponibilização à sociedade.

A sociedade fiscaliza a gestão das entidades públicas diretamente, respaldada pela Constituição, ou indiretamente, por meio de representantes. A elaboração de demonstrativo que apresenta e compara a execução do orçamento com o orçamento previsto é o mecanismo normalmente utilizado para demonstrar a conformidade com os requisitos legais relativos às finanças públicas.

Neste contexto, a Nova Contabilidade Pública trouxe novas ferramentas de controle e fiscalização da administração pública, em consequentemente novos desafios aos novos Gestores.

No caso, dentre outras determinações, o PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO (PCASP) da Nova Contabilidade Pública traz as seguintes determinações:

- a) Segregação das informações orçamentárias e patrimoniais: no PCASP as contas contábeis são classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam – orçamentária, patrimonial e de controle, de modo que os registros orçamentários não influenciem ou alterem os registros patrimoniais, e vice-versa.
- b) Registro dos fatos que afetam o patrimônio público segundo o regime de competência: as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD) registram as transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, devendo ser reconhecidas nos períodos a que se referem, segundo seu fato gerador, sejam elas dependentes ou independentes da execução orçamentária.



c) Registro de procedimentos contábeis gerais em observância às normas internacionais, como as provisões, os créditos tributários e não tributários, os estoques, os ativos imobilizados e intangíveis, dentre outros. Incluemse também os procedimentos de mensuração após o reconhecimento, tais como a reavaliação, a depreciação, a amortização, a exaustão e a redução ao valor recuperável (impairment), dentre outros.

Assim, não se permite a transferência de recurso para outro elemento de despesa, devendo as Leis Orçamentárias aquilatarem a realidade fiscal do Município.

No caso, principalmente no primeiro ano, pela Redação do Art. 15, I, II e III dos Atos e Disposições Finais e Transitórias da Lei Orgânica em vigor, tal medida é impraticável, conquanto:

- a) Está previsto o envio do Plano Plurianual (2018-2021) até 30 de Agosto e a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 dever-se-ia ser enviada até 15 de Abril do corrente.
- b)Ressalvo entendimento diverso, todavia, não se pode elaborar uma LDO sem que se tenha o PPA, já que o mesmo vigorará de 2018-2021.
- c) Na Lei Orgânica estabelece que o Poder Legislativo possui o prazo até 10 de agosto para enviar ao Executivo as necessidades para incorporar a proposta conjunta Orçamentária. Como, se o prazo de envio da LDO é 15 de abril?

Para que as Leis Orçamentárias vindouras estejam em consonância com a nova Contabilidade Pública, mister a adequação da Lei Orçamentária.

Firmes no propósito de sempre contribuir para o desenvolvimento de nosso Município, renovo os votos de estima e consideração.

Cordialmente,

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, aos 17 dias do mês de abril de 2017.

JAIR KLASNER
Prefeito Municipal

À

Vossa Excelência Vereadora LEANI FRIEDRICH RICHTER DD. Presidente da Câmara Municipal de COTRIGUAÇU – MT